



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
12 e 13
de dezembro
de 2020**

Combate à violência doméstica é tema de debate promovido pelo Ministério Público

O **Ministério Público** do Maranhão promoveu, na manhã desta quinta-feira, 10, na Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Jaracati, um debate com entidades do terceiro setor acerca das formas de combate à violência doméstica. O evento foi coordenado pelas promotoras de justiça Selma Martins e Doracy Moreira Reis Santos, titulares da 1ª Promotoria Especializada na **Defesa da Mulher** e da 1ª Promotoria Especializada de Fundações e Entidades de Interesse Social, respectivamente.

Também estiveram presentes na discussão profissionais que atuam na área, como a comandante da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Maranhão, a coronel Maria Augusta de Andrade Ribeiro; a delegada da Polícia Civil Kazumi Tanaka, representando a Delegacia Especial da Mulher; o representante da 2ª Vara da Violência Doméstica, o assessor Wilson Carvalho; e as assistentes sociais Milene Ferreira, Lila Barbosa e Luana de Barros, representando a Defensoria Pública e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, respectivamente.

Selma Martins destacou a importância do evento como forma de levar informação sobre as instituições responsáveis pela proteção de **mulheres vítimas de violência**. "Infelizmente muitas pessoas não conhecem a Casa da Mulher Brasileira. Portanto, é muito importante a realização de ações junto a entidades do terceiro setor, porque são as pessoas que atuam lá que conhecem de perto as vítimas. Assim, elas podem incentivar as mulheres a denunciarem os agressores", disse a promotora.

Doracy Moreira ressaltou o papel das lideranças comunitárias na atuação do combate a toda forma de violência contra a mulher. "O nosso encontro também tem o objetivo de promover uma reflexão. Por isso é necessário uma mudança de comportamento, especialmente nas comunidades e na família, para que a violência doméstica não seja mais relativizada e, portanto, não tenha mais espaço", destacou.

Segundo a comandante da patrulha Maria da Penha, o primeiro passo que deve ser realizado em caso de violência doméstica é o registro do boletim de ocorrência, seguido de um pedido de medida protetiva. Ela ressaltou ainda a importância do atendimento humanizado.

"Após recebermos o pedido da medida protetiva, realizamos o atendimento em conjunto com uma equipe formada por três policiais militares.

Os profissionais vão até a residência e realizam o atendimento em que são colhidas todas as informações necessárias para o prosseguimento do caso", disse a coronel Maria Augusta.

Durante a discussão as mulheres presentes também receberam cartilhas e folhetos com informações sobre as várias formas de violência, assim como os meios de denúncias. Foram discutidos ainda projetos como a confecção de banners com informações e a realização de outras ações nas comunidades em favor do **combate à violência contra a mulher**. (Oséas Batista / **CCOM-MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/175/20201212.pdf>

Audiências de Custódia por vídeo respeitam direitos do preso em Imperatriz

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz inaugurou, na sexta-feira (11), a primeira audiência de videoconferência conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 357, de 26 de novembro de 2020, a fim de garantir o direito da pessoa presa em flagrante delito, de ser ouvida com segurança, privacidade e integridade física.

Essa norma dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência, telefone ou outro meio de comunicação, quando não for possível a realização, em 24 horas, da forma presencial, como acontece atualmente durante a pandemia da Covid19, dentre outras situações.

O local onde a audiência de custódia se realiza deve ter monitoramento eletrônico de imagem e áudio, onde o preso fica custodiado e no percurso que segue até ser ouvido, a fim de se verificar se ele permanece sozinho até o momento da escuta e que será ouvido pelo juiz, **promotor de Justiça** - se for o caso, advogado ou defensor público, na audiência.

Em parceria com o **Ministério Público** (3ª e 8ª promotorias de Justiça), Defensoria Pública, seccional da OAB de Imperatriz, e ICRIM, foi montada, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz, a estrutura necessária para atendimento das condições exigidas pelo CNJ, para resguardar a pessoa presa de eventual agressão ou ameaça.

Por meio dessa parceria, foi providenciada a estrutura necessária para o monitoramento da movimentação do custodiado durante a audiência de custódia, com a aquisição de três câmeras de vídeo com registro de áudio, computador (Tribunal de Justiça) com webcam, acesso à internet (SEAP) e aplicativo instalado no telefone celular, do juiz, do promotor, advogado ou defensor público. A gravação realizada é armazenada no próprio aplicativo, para acesso pelas autoridades participantes da audiência.

PARCERIA INSTITUCIONAL A juíza destacou que a parceria institucional resultou na implementação da estrutura exigida pelo Conselho Nacional de Justiça para a garantia de direitos nesse período pandêmico, em uma data especial, em razão da passagem do Dia Nacional dos **Direitos Humanos**, em 10 de dezembro, e pela forma que se deu, por meio do diálogo e

parceria interinstitucional. "Na Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz andamos sempre junto com o **Ministério Público**, Defensoria Pública, OAB e ICRIM, contando com o apoio da sociedade civil organizada para a implementação de instrumentos objetivando o resguardo dos **direitos humanos**. Afinal, ninguém faz nada sozinho", ressaltou a magistrada. A juíza informou, ainda, que, em decisão liminar do dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal autorizou, nos autos da Reclamação (RCL 29303 AGR / RJ), sob a relatoria do ministro Edson Fachin, a ampliação da realização de audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, "inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas", ampliando, assim, a demanda da Justiça estadual. Na ação, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro ajuizou reclamação contra ato normativo do Tribunal do Justiça do Estado, que teria limitado a realização de audiências de apresentação aos casos de prisões em flagrante. (Helena Barbosa - Asscom CGJ)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/175/20201212.pdf>

MINISTÉRIO PÚBLICO ADERE AO COMBATE DO SUB-REGISTRO NO MARANHÃO

O **Ministério Público** do Maranhão formalizou na manhã de ontem, sexta-feira, 11, a sua adesão ao combate do sub-registro de nascimento no estado. O protocolo de intenções foi assinado pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, em cerimônia realizada na sede do Tribunal de Justiça, em São Luís.

O evento marcou o final da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Maranhão, iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, em conjunto com o TJ e a Escola da Magistratura.

O objetivo do protocolo é promover a integração de instituições e autoridades para buscar soluções a fim de erradicar o problema. Com a oficialização do protocolo, a Semana de Mobilização vai integrar o calendário anual permanente do Poder Judiciário.

Na avaliação do procurador-geral de Justiça, o sub-registro já deveria ter sido erradicado em nosso país e todas as iniciativas para combater esse problema contarão com a participação efetiva do **Ministério Público**. "A dignidade começa quando existe a certidão de nascimento. Vamos lutar para que o direito de todo cidadão ter um registro civil seja respeitado", afirmou Eduardo Nicolau.

A opinião do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, é semelhante: "o registro civil pode resolver parte importantíssima das mazelas em nosso país".

A ministra da Mulher, Família e **Direitos Humanos**, Damares Alves, declarou sua satisfação em participar do evento e afirmou que a falta de registro de nascimento resulta na negação de outros direitos. "Eu não posso falar em garantia de direitos e em políticas públicas se essas pessoas são invisíveis. Não dá mais para ignorar o sub-registro no Brasil. Combater essa situação é uma das necessidades mais urgentes de nosso país".

Fonte: (CCOM-MPMA)

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16264>

ARAME: AUDIÊNCIA DEBATE QUESTÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por iniciativa do **Ministério Público** do Maranhão, foi realizada na terça-feira, 8, em Arame, uma audiência pública para a discussão de temas relativos à administração pública. Entre os itens da pauta estiveram temas como acúmulo ilegal de cargos, proibição de rateio de verbas do Fundef e o inquérito que apura acordos judiciais para nomear servidores aprovados fora do número de vagas e em concursos já expirados.

Coordenada pelo **promotor de justiça** Felipe Rotondo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Buriticupu, que está respondendo pela Comarca de Arame, a reunião contou com a participação de servidores públicos e vereadores. Estiveram na mesa dos trabalhos o presidente da Câmara **Municipal** de Arame, Elias José Ribeiro Conceição; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em **Educação**, Jane Willian; o procurador Geral do Município, Miqueias Calacio; e a advogada do Sinterma Neusa Araújo.

ACÚMULO

Quanto ao acúmulo ilegal de cargos foi esclarecido o que diz a Constituição Federal, bem como as hipóteses excepcionais em que se permite a acumulação de cargos públicos. Além disso, o **promotor de justiça** Felipe Rotondo explicou sobre a campanha institucional "Cidadão Consciente - Gestão Transparente" e os meios de controle disponíveis a todos os órgãos que compõem a rede de controle.

VERBAS DO FUNDEF

No que se refere ao rateio de verbas do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que foi substituído pelo Fundeb (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico), foi abordada a ação do **Ministério Público**, por meio do projeto institucional "O dinheiro do Fundef é da **educação**". O **promotor de justiça** informou aos participantes da audiência que a verba se originou dos créditos a receber pelos municípios em razão do pagamento a menor dos recursos relativos ao Fundef pela União.

O membro do **MPMA** destacou ainda a vedação de rateio das verbas do fundo, inclusive para o

pagamento de professores.

ACORDOS PARA NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS

Em relação ao Inquérito Civil que apura vício em homologações de acordos judiciais que nomearam aprovados fora do número de vagas, o membro do **MPMA** esclareceu que as investigações tiveram início após representações formuladas por vereador e por ex-presidente do Sindicato de Professores.

Os concursos públicos foram realizados nos anos de 1997, 2001 e 2006.

Segundo foi apurado, tais nomeações teriam motivações políticas, consistentes na troca de apoio para eleição de um candidato a prefeito na época.

Foi explicado que alguns pontos estão sob investigação para apurar a responsabilidade dos envolvidos, sendo que os casos poderiam, em tese, configurar atos de **improbidade administrativa** e/ou crime. Ao final das exposições do membro do **Ministério Público**, foi aberta a oportunidade de a comunidade debater sobre os tópicos e, ainda, sobre outros **problemas** da administração **municipal** de Arame. Fonte: CCOM-**MPMA**

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=n av/single&topico=16258>

Feira Nova do Maranhão: Provas do concurso público municipal são suspensas

A pedido do **Ministério Público do Maranhão**, o Poder Judiciário suspendeu, na segunda-feira, 7, por tempo indeterminado, devido à pandemia, as provas do concurso público do Município de Feira Nova do **Maranhão** que seriam realizadas em 20 de dezembro.

A decisão é da 3ª **Câmara Cível** do Tribunal de Justiça em resposta ao Agravo de Instrumento interposto pelo **promotor de justiça** Adoniran Souza Guimarães.

O **MPMA** ajuizou, anteriormente, **Ação Civil Pública** solicitando liminar para suspender as provas do concurso em virtude do aumento do número de infectados pelo coronavírus na cidade de Feira Nova do **Maranhão**. Como a solicitação foi indeferida, a Promotoria de Justiça recorreu para reverter a decisão da 1ª instância.

As provas devem ser realizadas após o restabelecimento da situação de normalidade sanitária. Caso a suspensão das provas seja descumprida, o Município de Feira Nova do **Maranhão** deverá pagar multa diária de R\$ 200 mil.

Fonte: (CCOM-**MPMA**)

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16255>

Mais de 600 quilos de drogas são incinerados

IMPERATRIZ - A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (SENARC) realizou nessa sexta-feira (11) a incineração de 607 kg de drogas, sendo 602 kg de maconha e 5 kg de crack. O procedimento foi autorizado pela Justiça e realizado em uma empresa especializada em incineração de resíduos perigosos.

A operação foi coordenada pelo Delegado Oséias Cavalcanti e contou com a presença de representantes do **Ministério Público**, do ICRIM e da Vigilância Sanitária.

De acordo com a Polícia Civil, este ano, foram apreendidos, até agora, na Senarc de Imperatriz 791 kg de drogas (maconha, crack e cocaína), configurando o ano de maior apreensão na história da delegacia. Algumas drogas estão vinculadas a procedimentos que se encontram em andamento, razão pela qual não podem ser incineradas, por enquanto.

A polícia destaca ainda o aumento significativo de apreensão de maconha. Enquanto em todo o ano de 2019 foram apreendidos 86,4 kg de maconha, em 2020, até o dia 10 de dezembro, foram apreendidos 774,5 kg da droga, configurando um aumento de 900% em relação ao ano passado.

Cabe ressaltar que essa quantidade de drogas diz respeito apenas às apreensões realizadas pelas forças policiais no âmbito de atribuições da Denarc, cuja circunscrição abrange Imperatriz e cidades vizinhas.

Site:

<https://imirante.com/imperatriz/noticias/2020/12/12/mais-de-600-quilos-de-drogas-sao-incinerados.shtml>

Concurso público é suspenso em Olinda Nova do Maranhão devido à pandemia da Covid-19

Concurso público é suspenso devido à pandemia em Olinda Nova do Maranhão (Foto: Divulgação)

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, a Justiça concedeu liminar para suspender a realização da prova objetiva do concurso público do Município de Olinda Nova do Maranhão, marcada para o domingo, dia 13. A medida foi motivada em virtude da pandemia da Covid-19 e o consequente risco de contaminação e disseminação do vírus.

A **Ação Civil Pública** do **MPMA** foi formulada pela promotora de justiça Natália Luna Tavares. A decisão judicial foi estabelecida pelo juiz titular da comarca de Olinda Nova do Maranhão, Huggo Alves Albarelli Ferreira.

A suspensão do concurso, destinado ao provimento de vagas para os cargos públicos efetivos de níveis fundamental, médio, médio técnico e superior, ficou estabelecida pelo prazo de seis meses ou até enquanto durar a pandemia. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada multa no valor de R\$ 100 mil contra o Município e o prefeito de Olinda Nova do Maranhão, Edson Barros Costa Júnior.

Ao justificar o requerimento, a representante do **Ministério Público** afirmou que "é temerária a realização do certame público, que contará com imenso número de participantes, advindos de várias regiões do estado do Maranhão, em meio à atual circunstância de calamidade pública, especialmente tendo em vista que o país está a enfrentar uma segunda onda de contaminações".

Para amparar juridicamente o pedido de suspensão do concurso, foram citadas diversas normas de contenção e enfrentamento da Covid-19, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A Lei Complementar nº 103, de 27 de maio de 2020, por exemplo, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacância de cargos efetivos ou vitalícios.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/12/12/concurso-publico-e-suspenso-em-olinda-nova-do-maranhao-devido-a-pandemia-da-covid-19/>

Polícia Civil realiza incineração de 607 kg de drogas em Imperatriz (MA)

Por Laís Vitória | Redação do JTNEWS

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (SENARC) realizou na sexta-feira (11/12) a incineração de 607 kg de drogas, sendo 602 kg de maconha e 5 kg de crack.

Em 2020 foram apreendidos, até agora, na Senarc de Imperatriz 791 kg de drogas (Maconha, Crack e Cocaína), configurando o ano de maior apreensão na história da delegacia. Algumas drogas estão vinculadas a procedimentos que se encontram em andamento, razão pela qual não ainda não puderam incineradas.

Destaca-se o aumento significativo de apreensão de Maconha. Enquanto em todo o ano de 2019 foram apreendidos 86,4kg de Maconha; em 2020, até o dia 10 de dezembro, foram apreendidos 774,5kg da droga, configurando um aumento de 900% em relação ao ano passado.

Cabe ressaltar que essa quantidade de drogas diz respeito apenas às apreensões realizadas pelas forças policiais, no âmbito de atribuições da Denarc, cuja circunscrição abrange Imperatriz e cidades vizinhas.

A incineração foi autorizada pela Justiça e realizada pela Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (SENARC), com o auxílio de uma empresa especializada em incineração de resíduos perigosos, coordenada pelo Delegado Oséias Cavalcanti e contou com a presença de representantes do **Ministério Público**, do ICRIM e da Vigilância Sanitária.

Site: <http://www.jtnews.com.br/noticias/policia-civil-realiza-incineracao-de-607-kg-de-drogas-em-imperatriz-ma-8199.html>

Polícia Civil: 607 kg de drogas são incineradas em Imperatriz

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (DENARC) realizou na sexta-feira (11) a incineração de 607 kg de drogas, sendo 602 kg de maconha e 5 kg de crack.

Segundo dados da polícia, neste ano, foram apreendidos, até agora, na Denarc de Imperatriz 791 kg de drogas (maconha, crack e cocaína), configurando o ano de maior apreensão na história da delegacia. Algumas drogas estão vinculadas a procedimentos que se encontram em andamento, razão pela qual não podem ser incineradas, por enquanto.

De acordo com a polícia, destaca-se o aumento significativo de apreensão de maconha. Enquanto em todo o ano de 2019 foram apreendidos 86,4 kg (oitenta e seis quilos e quatrocentos gramas) de maconha; em 2020, até o dia 10 de dezembro, foram apreendidos 774,5 kg (setecentos e setenta e quatro quilos e meio) da droga, configurando um aumento de 900% em relação ao ano passado.

Toda essa quantidade de drogas diz respeito apenas às apreensões realizadas pelas forças policiais no âmbito de atribuições da Denarc, cuja circunscrição abrange Imperatriz e cidades vizinhas.

O procedimento foi autorizado pela Justiça e realizado em uma empresa especializada em incineração de resíduos perigosos. A operação foi coordenada pelo Delegado Oséias Cavalcanti e contou com a presença de representantes do **Ministério Público**, do ICRIM e da Vigilância Sanitária.

Site: <https://ma-mais.com.br/index.php/2020/12/12/policia-civil-607-kg-de-drogas-sao-incineradas-em-imperatriz/>

Em reuniões com Ministério Público, Procon/MA discute contratos escolares para o ano letivo de 2021

Redação

O Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon/MA**), em ação conjunta com a 1ª Promotoria do Consumidor, desde a última segunda-feira (7), realiza reuniões junto ao Conselho Estadual de Educação e pais de estudantes para debater os contratos escolares de 2021.

"Esse tipo de reunião é de extrema importância para alinhar as diretrizes que devem ser estabelecidas para manter o equilíbrio da relação de consumo e a qualidade na prestação do serviço educacional", afirmou a presidente do **Procon/MA**, Adaltina Queiroga.

Reuniões

As reuniões acontecerão até a próxima semana e estão em pauta temas como as cláusulas consideradas abusivas, falhas na prestação do serviço ao longo do ano de 2020, ausência de informações, reajuste de mensalidades, dentre outros assuntos referentes aos contratos educacionais.

"O papel do **Ministério Público** e do **Procon** é de defender os consumidores de eventuais práticas abusivas. Não temos interesse de judicializar, mas sim de conciliar", destacou Alineide Martins Rabelo Costa, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís.

O Conselho Estadual de Educação do Maranhão, escolas da rede privada de ensino, além do SINEPE, também foram convidados para participarem das reuniões. Até esta sexta-feira (11), apenas o Conselho esteve presente.

"O Conselho está participando com o objetivo de contribuir e orientar, quando necessário, nos esclarecimentos sobre a questão pedagógica e metodológica", afirmou a presidente do Conselho, Soraia Raquel.

Orientações

No dia 26 de novembro, o **Procon/MA** emitiu a Nota

Técnica 03/2020, documento no qual tratou das diretrizes a serem adotadas pelos estabelecimentos de ensino para o ano de 2021. Entre as recomendações estão a transparência e previsão acerca das modalidades de ensino adotadas nas aulas, se presenciais, remotas ou híbridas, preços para cada uma delas; o direito de consumidores consultarem planilhas de custos para os casos de reajustes nas mensalidades, dentre outras.

A íntegra do documento está disponível no site: www.procon.ma.gov.br

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/12/12/em-reunioes-com-ministerio-publico-procon-ma-discute-contratos-escolares-para-o-ano-letivo-de-2021/>

Secretários de Saúde e Direitos Humanos assinam protocolo para combate ao sub-registro no Maranhão

Redação

O Governo do Maranhão, por meio das Secretarias de Estado da Saúde (SES) e dos **Direitos Humanos** e Participação Popular (Sedihipop), participou da solenidade de encerramento da Semana de Combate ao Sub-Registro, promovida pela Corregedoria da Justiça do Maranhão, em conjunto com Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura. Durante o evento, houve a assinatura do Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão.

Para o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, a assinatura desse documento simboliza a construção da cidadania, permitindo que os maranhenses tenham logo após o seu nascimento, o seu registro, sendo reconhecidos pelo estado enquanto pessoas desde esse momento.

"Aqui na capital isso pode até ser corriqueiro, mas no interior do estado, infelizmente, isso é muito difícil. Por isso é tão importante que possamos, de imediato, registrar as crianças nos próprios locais onde são realizados os partos, sejam nas maternidades ou nos hospitais. A SES está à disposição para que isso seja feito em todas as unidades da rede pública estadual", destaca o secretário Carlos Lula.

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, afirmou que o Poder Judiciário assumiu definitivamente a sua posição no enfrentamento da erradicação do sub-registro. "Os dados confirmam que o Executivo tem ofertado a estrutura de saúde, uma vez que cerca de 96% das crianças no Maranhão nascem em hospitais e destacou que a Justiça precisa dar sua efetiva contribuição. O Judiciário precisa priorizar o serviço extrajudicial no tocante à oferta de serviços e dar sua contribuição decisiva para avançar nessa pauta do Brasil inteiro", destacou.

O objetivo do protocolo é garantir a cooperação mútua, visando à implantação de ações de combate ao sub-registro e que viabilizem o acesso de todo cidadão à documentação básica. Assinaram ainda o documento, **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), Defensoria

Pública do Estado do Maranhão (DPEMA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

Posto de Registro Civil

A rede de saúde da SES tem avançado na implantação dos Postos de Registro Civil e todas as maternidades contam com o serviço disponível. Já os hospitais que realizam parto passam pelo processo de instalação do sistema.

Somente em 2020, foram implantados Postos de Registro Civil, no Hospital Macrorregional Alexandre Mamede Trovão, em Coroatá, e no Hospital Regional de Carutapera. A previsão é garantir, ainda este ano, o serviço no Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão e no Hospital Regional de Barreirinhas.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/12/12/secretarios-de-saude-e-direitos-humanos-assinam-protocolo-para-combate-ao-sub-registro-no-maranhao/>

607 kg de drogas são incineradas em Imperatriz

Da Redação

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (SENARC) realizou na sexta-feira (11) a incineração de 607 kg de drogas, sendo 602 kg de maconha e 5 kg de crack.

Segundo dados da polícia, Neste ano, foram apreendidos, até agora, na Senarc de Imperatriz 791 kg de drogas (maconha, crack e cocaína), configurando o ano de maior apreensão na história da delegacia. Algumas drogas estão vinculadas a procedimentos que se encontram em andamento, razão pela qual não podem ser incineradas, por enquanto.

De acordo com a polícia, destaca-se o aumento significativo de apreensão de maconha. Enquanto em todo o ano de 2019 foram apreendidos 86,4 kg (oitenta e seis quilos e quatrocentos gramas) de maconha; em 2020, até o dia 10 de dezembro, foram apreendidos 774,5 kg (setecentos e setenta e quatro quilos e meio) da droga, configurando um aumento de 900% em relação ao ano passado.

Toda essa quantidade de drogas diz respeito apenas às apreensões realizadas pelas forças policiais no âmbito de atribuições da Denarc, cuja circunscrição abrange Imperatriz e cidades vizinhas.

O procedimento foi autorizado pela Justiça e realizado em uma empresa especializada em incineração de resíduos perigosos.

A operação foi coordenada pelo Delegado Oséias Cavalcanti e contou com a presença de representantes do **Ministério Público**, do ICRIM e da Vigilância Sanitária.

Site: <https://oimparcial.com.br/policia/2020/12/607-kg-de-drogas-sao-incineradas-em-imperatriz/>

MPMA adere ao combate do sub-registro no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão formalizou na manhã desta sexta-feira, 11, a sua adesão ao combate do sub-registro de nascimento no estado. O protocolo de intenções foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, em cerimônia realizada na sede do Tribunal de Justiça, em São Luís.

O evento marcou o final da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Maranhão, iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, em conjunto com o TJ e a Escola da Magistratura.

O objetivo do protocolo é promover a integração de instituições e autoridades para buscar soluções a fim de erradicar o problema. Com a oficialização do protocolo, a Semana de Mobilização vai integrar o calendário anual permanente do Poder Judiciário.

Na avaliação do procurador-geral de justiça, o sub-registro já deveria ter sido erradicado em nosso país e todas as iniciativas para combater esse problema contarão com a participação efetiva do **Ministério Público**. "A dignidade começa quando existe a certidão de nascimento. Vamos lutar para que o direito de todo cidadão ter um registro civil seja respeitado", afirmou Eduardo Nicolau.

A opinião do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, é semelhante: "o registro civil pode resolver parte importantíssima das mazelas em nosso país".

A ministra da Mulher, Família e **Direitos Humanos**, Damares Alves, declarou sua satisfação em participar do evento e afirmou que a falta de registro de nascimento resulta na negação de outros direitos. "Eu não posso falar em garantia de direitos e em políticas públicas se essas pessoas são invisíveis. Não dá mais para ignorar o sub-registro no Brasil. Combater essa situação é uma das necessidades mais urgentes de nosso país".

Site: <https://omaranhense.com/mpma-adere-ao-combate-do-sub-registro-no-maranhao/>

Órgãos de Justiça assumem compromisso para erradicação do sub-registro

Representantes de diversos órgãos do Sistema de Justiça assinaram, na manhã desta sexta-feira (11/12), o Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão. A finalidade é assegurar a ação conjunta e permanente de órgãos e entidades ligados à promoção do registro civil de nascimento. O evento marcou o encerramento das atividades da Semana de Combate ao Sub-Registro e contou com o pronunciamento da ministra da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**, Damares Alves.

Participaram da assinatura, representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Corregedoria Geral da Justiça, do **Ministério Público**, Secretaria de Estado de **Direitos Humanos**, Secretaria de Estado da Saúde, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão. O protocolo marca o início de ações integradas e poderá ter adesão de outras instituições.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, agradeceu o empenho de todos os órgãos presentes e daqueles envolvidos nas ações da Semana. Ele destacou que a Corregedoria vai atuar para garantir que, conforme previsão legal, as maternidades com mais de 300 partos anuais tenham uma Unidade Interligada de Registro Civil. Na oportunidade, lembrou das crianças já registradas nas unidades instaladas dentro da programação da Semana.

Mais uma vez o desembargador voltou a destacar a atuação conjunta de todos os órgãos ligados ao tema para erradicar o que ele classificou como uma chaga que envergonha o Estado do Maranhão.

"A luta é de cada um de nós. Homens e mulheres com compromisso republicano não têm o direito de parar para descansar neste momento. Esse tem que ser um trabalho permanente", conclamou.

A ministra Damares Alves participou do evento por videoconferência e falou da satisfação em constatar a reunião de diversos atores públicos em prol de um tema fundamental para a cidadania e dignidade. Ela relatou que tem realizado ações em diversos estados e que ainda é comum, na área do registro civil, encontrar até idosos sem a documentação, o que, segundo ela, configura uma situação de afronta aos **direitos humanos**.

"Lembro que encontramos uma fila de idosos que o objetivo era levar o BPC [Benefício a Prestação Continuada] à população. E me lembro que entrou na sala da Certidão de Nascimento um senhor, ainda com o papel do batistério, com mais de 70 anos de idade e mãos calejadas, para fazer a primeira Certidão, RG e CPF. Ao final do dia ele estava com seu benefício concedido. E ele disse em poucas palavras 'eu nasci hoje'"

"Um evento como este vem na direção das respostas que a gente está querendo dar. Como eu queria, que todos os tribunais de Justiça do Brasil estivessem sendo sacudidos por este tema, da forma como os senhores estão falando. Que todos os gestores e o Judiciário do Brasil estivessem acompanhando a forma preocupada como os senhores estão lidando com o tema", frisou.

Entusiasmada com os debates, os trabalhos da Semana e a forma como a rede de cooperação está trabalhando o tema, Damares Alves afirmou que este foi um dos eventos mais importantes que participou no ano e propôs uma atuação conjunta com o Ministério para realização de um projeto inédito no país. "Pela forma como os senhores estão lidando com o tema, gostaria de propor uma parceria para realizar um trabalho extraordinário para transformar o Maranhão no primeiro estado com déficit zero", disse.

O desembargador Paulo Velten completou informando que o Judiciário e, certamente, todos os órgãos da rede de cooperação, recebem com muita alegria o convite. Ele destacou que a parceria virá em boa hora, em razão dos esforços que todas as instituições estão empenhadas para garantir a emissão da Certidão de Nascimento para todas as crianças e os demais documentos básicos àqueles que ainda não os possuem.

Afirmando que o **Ministério Público** tem o papel de atuar em favor dos mais necessitados, o procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, disse que o sub-registro é um problema que já deveria ter sido banido do país. Ao aderir ao protocolo, ratificou que todos são iguais perante a lei e que é questão de dignidade de toda pessoa possuir um registro com o seu nome.

Para o secretário de Estado de **Direitos Humanos**, Francisco Gonçalves, o Maranhão avançou na redução do índice de sub-registro, de acordo com dados divulgados pelo IBGE na última quarta-feira, 9, mas lembrou que o percentual de 4,7% aponta que é preciso avançar mais. Ele ressaltou que com o trabalho conjunto ora desenvolvido, trará resultados ainda mais animadores para o Maranhão e lembrou que a pandemia deixou ainda mais latente a necessidade do acesso à documentação como um direito que garante a própria sobrevivência do indivíduo.

Também presente na solenidade, o secretário de Saúde do Estado, Carlos Lula, falou que a política de instalação das Unidades Interligadas não constitui apenas um ato formal, mas uma política efetiva para permitir que as crianças já saiam da maternidade com o documento. Segundo ele, essa iniciativa demonstra a importância de cada uma delas para o Estado e reafirmou o compromisso de disponibilizar quantas forem as unidades necessárias no Maranhão.

O presidente da ARPEN, Devanir Garcia, disse que a Semana proporcionou subir mais alguns degraus na oferta do serviço de emissão da Certidão de Nascimento. Ele anunciou que a entidade emitiu uma Recomendação nesta sexta-feira (11/12) para que os cartórios instalem unidades interligadas mesmo naquelas unidades com menos de 300 nascimentos por ano ou para promovam ações junto aos órgãos municipais para fomentar ações de emissão do documento.

Estiveram presentes na solenidade de encerramento da Semana de Mobilização o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo; o desembargador João Santana; o presidente da Associação dos Magistrados, juiz Ângelo Alencar; o sub-defensor público, Gabriel Santana; o presidente da OAB, Thiago Diaz; a juíza corregedora Sara Gama; a juíza coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA, Jaqueline Caracas; o juiz eleito para presidir a AMMA no biênio 2021-2022, Hóldice Barros.

UNIDADE INTERLIGADA

A programação desta sexta-feira contou, ainda, com a instalação da Unidade Interligada de Registro Civil do Hospital Geral de Barreirinhas. Agora, crianças nascidas em toda a região dos Lençóis Maranhenses já podem contar com a emissão da Certidão de Nascimento antes da alta hospitalar. Com esta, foram três unidades instaladas durante a Semana de Combate ao Sub-Registro, totalizando 27 Unidades no Maranhão, com 21 delas instaladas desde o mês de abril.

Estiveram presentes na instalação o juiz da Comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira; o **promotor de Justiça** de Barreirinhas, Francisco de Assis; o delegado da Serventia Extrajudicial de Barreirinhas, Renato Madeira Reis; e o diretor do Hospital Geral do Município, Adler Gomes Leitão.

SEMANA DE COMBATE NA AGENDA ANUAL

Com o objetivo de tornar consolidar o evento no calendário do Judiciário maranhense, o desembargador Paulo Velten assinou o Provimento 62/2020, que estabelece a realização da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro, a ser realizada na quarta semana do mês de outubro de cada ano. Velten disse que a sua gestão vai dedicar todos os esforços para promover de forma permanente a pauta na agenda do dia no Estado do Maranhão.

Dentre os objetivos da Semana estão os de mobilizar as instituições e a sociedade para a relevância do tema; buscar apoio para ações de combate ao sub-registro; instalar unidades interligadas nos estabelecimentos hospitalares com pelo menos 300 partos por ano; realizar, em parceria com outras instituições, mutirões de atendimento de registro tardio; e atuar no desenvolvimento de ações de combate ao sub-registro e acesso à documentação básica.

A programação ainda contou com o lançamento do Edital para premiação das melhores boas práticas dos delegatários na matéria do combate ao sub-registro, que tem a finalidade de premiar e disseminar todas as boas práticas como mecanismo de fomento e reconhecimento de experiências das serventias de registro civil que contribuam com a promoção e a garantia de direitos fundamentais.

Site: <https://omaranhense.com/orgaos-de-justica-assumem-compromisso-para-erradicacao-do-sub-registro/>

DENARC de Imperatriz faz incineração de 607 kg de drogas

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (SENARC) realizou a incineração de 607 kg de drogas, sendo 602 kg de maconha e 5 kg de crack.

Neste ano, foram apreendidos, até agora, na Senarc de Imperatriz 791 kg de drogas (maconha, crack e cocaína), configurando o ano de maior apreensão na história da delegacia. Algumas drogas estão vinculadas a procedimentos que se encontram em andamento, razão pela qual não podem ser incineradas, por enquanto.

Destaca-se o aumento significativo de apreensão de maconha. Enquanto em todo o ano de 2019 foram apreendidos 86,4 kg (oitenta e seis quilos e quatrocentos gramas) de maconha; em 2020, até o dia 10 de dezembro, foram apreendidos 774,5 kg (setecentos e setenta e quatro quilos e meio) da droga, configurando um aumento de 900% em relação ao ano passado.

Cabe ressaltar que essa quantidade de drogas diz respeito apenas às apreensões realizadas pelas forças policiais no âmbito de atribuições da Denarc, cuja circunscrição abrange Imperatriz e cidades vizinhas.

O procedimento foi autorizado pela Justiça e realizado em uma empresa especializada em incineração de resíduos perigosos.

A operação foi coordenada pelo Delegado Oséias Cavalcanti e contou com a presença de representantes do **Ministério Público**, do ICRIM e da Vigilância Sanitária.

Site: <https://omaranhense.com/denarc-de-imperatriz-faz-incineracao-de-607-kg-de-drogas/>

Em reuniões com Ministério Público, Procon/MA discute contratos escolares para o ano letivo de 2021

Eduardo Ericeira

O Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon/MA**), em ação conjunta com a 1ª Promotoria do Consumidor, desde a última segunda-feira (7), realiza reuniões junto ao Conselho Estadual de Educação e pais de estudantes para debater os contratos escolares de 2021.

As reuniões acontecerão até a próxima semana e estão em pauta temas como as cláusulas consideradas abusivas, falhas na prestação do serviço ao longo do ano de 2020, ausência de informações, reajuste de mensalidades, dentre outros assuntos referentes aos contratos educacionais.

O Conselho Estadual de Educação do Maranhão, escolas da rede privada de ensino, além do SINEPE, também foram convidados para participarem das reuniões. Até esta sexta-feira (11), apenas o Conselho esteve presente.

No dia 26 de novembro, o **Procon/MA** emitiu a Nota Técnica 03/2020, documento no qual tratou das diretrizes a serem adotadas pelos estabelecimentos de ensino para o ano de 2021. Entre as recomendações estão a transparência e previsão acerca das modalidades de ensino adotadas nas aulas, se presenciais, remotas ou híbridas, preços para cada uma delas; o direito de consumidores consultarem planilhas de custos para os casos de reajustes nas mensalidades, dentre outras.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/em-reunioes-com-ministerio-publico.html>

Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos é criado no âmbito do MPMA

Eduardo Ericeira

Com o objetivo de auxiliar as Promotorias de Justiça em suas atividades de gestão das demandas que tenham relação com direitos coletivos, foi criado, por meio de ato do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, assinado nesta quinta-feira, 10, o Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos (Gagic), no âmbito do **Ministério Público** do Estado do Maranhão.

O Gabinete deverá auxiliar na busca de canais permanentes de comunicação e interlocução entre os membros da instituição e os representantes dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil representativas de interesses coletivos.

O Gagic será integrado pela Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), pela Ouvidoria do **Ministério Público** do Estado do Maranhão e pelos coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais. A coordenação do gabinete será exercida pelo diretor da Secinst.

ATRIBUIÇÕES

Estão entre as atribuições do Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos: oferecer suporte às Promotorias de Justiça destinatárias de demandas dos movimentos sociais e de entidades da sociedade civil; identificar as causas socialmente mais relevantes, complexas e de grande repercussão social atinentes a área dos direitos coletivos, remetendo-as com prioridade à Promotoria responsável; sugerir ao **Promotor de Justiça** responsável a classificação da demanda em alta, média ou baixa complexidade; dar suporte à atuação do **Ministério Público** do Estado do Maranhão em segunda instância, por meio do diálogo com o Núcleo de Acompanhamento Recursal, entre outras.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/gabinete-de-gestao-de-interesses.html>

Justiça suspende concurso público a pedido do MPMA em Olinda Nova

Eduardo Ericeira

Certame municipal iria acontecer neste domingo, 13

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, a Justiça concedeu liminar, nesta quinta-feira, 10, para suspender a realização da prova objetiva do concurso público do Município de Olinda Nova do Maranhão, marcada para o domingo, dia 13. A medida foi motivada em virtude da pandemia da Covid-19 e o conseqüente risco de contaminação e disseminação do vírus.

A **Ação Civil Pública** do **MPMA** foi formulada pela promotora de justiça Natália Luna Tavares. A decisão judicial foi estabelecida pelo juiz titular da comarca de Olinda Nova do Maranhão, Huggo Alves Albarelli Ferreira.

A suspensão do concurso, destinado ao provimento de vagas para os cargos públicos efetivos de níveis fundamental, médio, médio técnico e superior, ficou estabelecida pelo prazo de seis meses ou até enquanto durar a pandemia. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada multa no valor de R\$ 100 mil contra o Município e o prefeito de Olinda Nova do Maranhão, Edson Barros Costa Júnior.

Ao justificar o requerimento, a representante do **Ministério Público** afirmou que "é temerária a realização do certame público, que contará com imenso número de participantes, advindos de várias regiões do estado do Maranhão, em meio à atual circunstância de calamidade pública, especialmente tendo em vista que o país está a enfrentar uma segunda onda de contaminações".

Para amparar juridicamente o pedido de suspensão do concurso, foram citadas diversas

normas de contenção e enfrentamento da Covid-19, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A Lei Complementar nº 103, de 27 de maio de 2020, por exemplo, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacância de cargos efetivos ou vitalícios.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/justica-suspende-concurso-publico.html>

Justiça suspende concurso de Olinda Nova do Maranhão devido pandemia do coronavírus (Concursos)

Por Alpanir Mesquita

Redação: CCOM-MPMA.

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, a Justiça concedeu liminar, nesta quinta-feira, 10, para suspender a realização da prova objetiva do concurso público do Município de Olinda Nova do Maranhão, marcada para o domingo, dia 13. A medida foi motivada em virtude da pandemia da Covid-19 e o consequente risco de contaminação e disseminação do vírus.

Site:
<https://luiscardoso.com.br/concursos/2020/12/justica-suspende-concurso-de-olinda-nova-do-maranhao-devido-pandemia-do-coronavirus/>

A **Ação Civil Pública** do **MPMA** foi formulada pela promotora de justiça Natália Luna Tavares. A decisão judicial foi estabelecida pelo juiz titular da comarca de Olinda Nova do Maranhão, Huggo Alves Albarelli Ferreira.

A suspensão do concurso, destinado ao provimento de vagas para os cargos públicos efetivos de níveis fundamental, médio, médio técnico e superior, ficou estabelecida pelo prazo de seis meses ou até enquanto durar a pandemia. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada multa no valor de R\$ 100 mil contra o Município e o prefeito de Olinda Nova do Maranhão, Edson Barros Costa Júnior.

Ao justificar o requerimento, a representante do **Ministério Público** afirmou que "é temerária a realização do certame público, que contará com imenso número de participantes, advindos de várias regiões do estado do Maranhão, em meio à atual circunstância de calamidade pública, especialmente tendo em vista que o país está a enfrentar uma segunda onda de contaminações".

Para amparar juridicamente o pedido de suspensão do concurso, foram citadas diversas normas de contenção e enfrentamento da Covid-19, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A Lei Complementar nº 103, de 27 de maio de 2020, por exemplo, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacância de cargos efetivos ou vitalícios.

Justiça suspende concurso de Olinda Nova do Maranhão devido pandemia do coronavírus (Concursos)

Por Alpanir Mesquita

Redação: CCOM-MPMA.

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Estado do Maranhão, a Justiça concedeu liminar, nesta quinta-feira, 10, para suspender a realização da prova objetiva do concurso público do Município de Olinda Nova do Maranhão, marcada para o domingo, dia 13. A medida foi motivada em virtude da pandemia da Covid-19 e o conseqüente risco de contaminação e disseminação do vírus.

Site:
<https://luiscardoso.com.br/concursos/2020/12/justica-suspende-concurso-de-olinda-nova-do-maranhao-devido-pandemia-do-coronavirus/>

A **Ação Civil Pública** do **MPMA** foi formulada pela promotora de justiça Natália Luna Tavares. A decisão judicial foi estabelecida pelo juiz titular da comarca de Olinda Nova do Maranhão, Huggo Alves Albarelli Ferreira.

A suspensão do concurso, destinado ao provimento de vagas para os cargos públicos efetivos de níveis fundamental, médio, médio técnico e superior, ficou estabelecida pelo prazo de seis meses ou até enquanto durar a pandemia. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada multa no valor de R\$ 100 mil contra o Município e o prefeito de Olinda Nova do Maranhão, Edson Barros Costa Júnior.

Ao justificar o requerimento, a representante do **Ministério Público** afirmou que "é temerária a realização do certame público, que contará com imenso número de participantes, advindos de várias regiões do estado do Maranhão, em meio à atual circunstância de calamidade pública, especialmente tendo em vista que o país está a enfrentar uma segunda onda de contaminações".

Para amparar juridicamente o pedido de suspensão do concurso, foram citadas diversas normas de contenção e enfrentamento da Covid-19, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A Lei Complementar nº 103, de 27 de maio de 2020, por exemplo, estabeleceu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacância de cargos efetivos ou vitalícios.

Vice-prefeita de Anajatuba é denunciada após sumir com documentos públicos

Passado 24h da representação protocolada pelo prefeito Sydnei Pereira(PCdoB) junto ao **Ministério Público** da Comarca de Anajatuba, com pedido de providências, nenhum documento ainda fora devolvido pela vice prefeita- Lucilândia da Colônia, que tomou posse na sexta feira(04), após decisão do juiz Bruno Chaves de Oliveira que, atendendo pedido do Órgão Ministerial em Ação de **Improbidade Administrativa**, em caráter liminar, afastou Sydnei do cargo.

Ocorre que o prefeito reassumiu à Prefeitura na quinta feira(10), após a publicação da decisão da desembargadora relatora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, titular da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que concedeu liminar em favor de Sydnei no Agravo de Instrumento de nº 0818082-95.2020.8.10.000 - determinando o retorno imediato dele ao cargo de prefeito de Anajatuba.

Tão logo tomou ciência da decisão, o prefeito com sua assessoria fez uma vistoria em várias secretárias, tendo sido surpreendido com o desaparecimento de uma farta documentação em inúmeras pastas, com destaque para o setor de recursos humanos e de licitação.

De imediato foi relatado todo o ocorrido ao MP, bem como a autoridade policial para que as providências legais contra a vice prefeita sejam adotadas. Informações dão conta que no momento da retirada dos processos e papéis avulsos, a vice estava acompanhada do vereador Edvan e inúmeras pessoas ligadas ao prefeito eleito Helder Aragão, Eduardo Castelo Branco, um falso padre e vários outros aliados.

ENTENDA O CASO

O prefeito Sydnei foi afastado na sexta-feira(04), em decisão liminar, proferida pelo juiz Bruno Chaves de Oliveira da Comarca de Anajatuba, que atendeu pedido do **Ministério Público**, na Ação de **Improbidade Administrativa** com pedido cautelar de nº 0801202-21.2020.8.10.0067.

No sábado(05), ainda no plantão judicial, o agravo de instrumento foi interposto, sendo a liminar denegada pela desembargadora plantonista - Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, que manteve a decisão do juiz de base. Na segunda feira(07), conforme prevê o

regimento do TJ, o AG foi para distribuição e, via sorteio, direcionado para a desembargadora Maria das Graças, que assumiu a relatoria do feito.

A defesa do prefeito entrou com pedido de reconsideração da liminar no AI anteriormente denegada, alegando a não análise aprofundada dos argumentos apresentados. Ao analisar o petítório, assim a desembargadora Maria das Graças se pronunciou: "Analisando o fato principal que ensejou o ajuizamento da ação, que seria a destruição de documentos, registra-se que as provas colhidas são precárias, posto que o **Ministério Público** consigna que um servidor do órgão presenciou o fato. Tal prova merece ser submetida ao contraditório, até mesmo porque o fato teria ocorrido na madrugada no dia 26/11/2020 não sendo crível que um servidor fosse presenciar, fora do horário de trabalho, a referida destruição de documentos. A prova testemunhal deve ser contraditada pelo Juízo, com a devida cautela, por meio de outras provas produzidas documentais e submetidas, necessariamente ao contraditório", salientou.

Outro fato também mencionado na decisão diz respeito ao registro dos contratos públicos junto ao Sistema de Acompanhamento de Contratos Públicos - SICOP, de forma online pelo Tribunal de Contas, sendo certo que não se pode falar que haverá prejuízo à transição entre gestões municipais, se fazendo necessário a instrução para se ter a certeza de que os documentos destruídos são de 2013 a 2016, ou da gestão do prefeito, levando em consideração que as contratações públicas são acompanhadas pelo TCE, não havendo solução de continuidade na gestão pública.

Por essas e outras razões, a julgadora entendeu que o prefeito somente pode ser afastado do mandato, caso haja prova concreta de obstrução à instrução processual, conforme os termos do parágrafo único do art.20 da Lei 8.429/92. Desta feita, assim concluiu: "presentes os requisitos para a concessão do efeito suspensivo, tais como o fumus boni juris e o periculum in mora, impõem-se o deferimento da medida. Questões outras correlatas do mérito, expostas no recurso, serão apreciadas no exame final do recurso, assim reconsiderando a decisão de id.8773378, para conceder o pedido de efeito suspensivo, determinando o retorno imediato do Agravante ao Mandato de

Prefeito Municipal de Anajatuba", finalizou.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo
Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/12/vice-prefeita-de-anajatuba-e-denunciada-apos-sumir-com-documentos-publicos/>

Órgãos de Justiça assumem compromisso para erradicação do sub-registro no Maranhão

Reunião no Tribunal de Justiça, na qual os órgãos firmaram o acordo (Foto: Ribamar Pinheiro)

Representantes de diversos órgãos do Sistema de Justiça assinaram, na manhã de sexta-feira (11), o Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão. A finalidade é assegurar a ação conjunta e permanente de órgãos e entidades ligados à promoção do registro civil de nascimento.

O evento marcou o encerramento das atividades da Semana de Combate ao Sub-Registro e contou com o pronunciamento da ministra da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**, Damares Alves. Participaram da assinatura, representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Corregedoria Geral da Justiça, do **Ministério Público**, Secretaria de Estado de **Direitos Humanos**, Secretaria de Estado da Saúde, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão.

O protocolo marca o início de ações integradas e poderá ter adesão de outras instituições. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, agradeceu o empenho de todos os órgãos presentes e daqueles envolvidos nas ações da Semana. Ele destacou que a Corregedoria vai atuar para garantir que, conforme previsão legal, as maternidades com mais de 300 partos anuais tenham uma Unidade Interligada de Registro Civil. Na oportunidade, lembrou das crianças já registradas nas unidades instaladas dentro da programação da Semana.

Mais uma vez o desembargador voltou a destacar a atuação conjunta de todos os órgãos ligados ao tema para erradicar o que ele classificou como uma chaga que envergonha o Estado do Maranhão.

A ministra Damares Alves participou do evento por videoconferência e falou da satisfação em constatar a reunião de diversos atores públicos em prol de um tema fundamental para a cidadania e dignidade. Ela relatou que tem realizado ações em diversos estados e que ainda é comum, na área do registro civil, encontrar até idosos sem a documentação, o que,

segundo ela, configura uma situação de afronta aos **direitos humanos**.

"Um evento como este vem na direção das respostas que a gente está querendo dar. Como eu queria, que todos os tribunais de Justiça do Brasil estivessem sendo sacudidos por este tema, da forma como os senhores estão falando. Que todos os gestores e o Judiciário do Brasil estivessem acompanhando a forma preocupada como os senhores estão lidando com o tema", frisou.

Entusiasmada com os debates, os trabalhos da Semana e a forma como a rede de cooperação está trabalhando o tema, Damares Alves afirmou que este foi um dos eventos mais importantes que participou no ano e propôs uma atuação conjunta com o Ministério para realização de um projeto inédito no país.

"Pela forma como os senhores estão lidando com o tema, gostaria de propor uma parceria para realizar um trabalho extraordinário para transformar o Maranhão no primeiro estado com déficit zero", disse.

O desembargador Paulo Velten completou informando que o Judiciário e, certamente, todos os órgãos da rede de cooperação, recebem com muita alegria o convite. Ele destacou que a parceria virá em boa hora, em razão dos esforços que todas as instituições estão empenhadas para garantir a emissão da Certidão de Nascimento para todas as crianças e os demais documentos básicos àqueles que ainda não os possuem.

Afirmando que o **Ministério Público** tem o papel de atuar em favor dos mais necessitados, o procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, disse que o sub-registro é um problema que já deveria ter sido banido do país. Ao aderir ao protocolo, ratificou que todos são iguais perante a lei e que é questão de dignidade de toda pessoa possuir um registro com o seu nome.

Para o secretário de Estado de **Direitos Humanos**, Francisco Gonçalves, o Maranhão avançou na redução do índice de subregistro, de acordo com dados divulgados pelo IBGE na última quarta-feira, 9,

mas lembrou que o percentual de 4,7% aponta que é preciso avançar mais.

Ele ressaltou que com o trabalho conjunto ora desenvolvido, trará resultados ainda mais animadores para o Maranhão e lembrou que a pandemia deixou ainda mais latente a necessidade do acesso à documentação como um direito que garante a própria sobrevivência do indivíduo.

Também presente na solenidade, o secretário de Saúde do Estado, Carlos Lula, falou que a política de instalação das Unidades Interligadas não constitui apenas um ato formal, mas uma política efetiva para permitir que as crianças já saiam da maternidade com o documento. Segundo ele, essa iniciativa demonstra a importância de cada uma delas para o Estado e reafirmou o compromisso de disponibilizar quantas forem as unidades necessárias no Maranhão.

UNIDADE INTERLIGADA

A programação de sexta-feira contou, ainda, com a instalação da Unidade Interligada de Registro Civil do Hospital Geral de Barreirinhas. Agora, crianças nascidas em toda a região dos Lençóis Maranhenses já podem contar com a emissão da Certidão de Nascimento antes da alta hospitalar. Com esta, foram três unidades instaladas durante a Semana de Combate ao SubRegistro, totalizando 27 Unidades no Maranhão, com 21 delas instaladas desde o mês de abril. Estiveram presentes na instalação o juiz da Comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira; o **promotor de Justiça** de Barreirinhas, Francisco de Assis; o delegado da Serventia Extrajudicial de Barreirinhas, Renato Madeira Reis; e o diretor do Hospital Geral do Município, Adler Gomes Leitão.

SEMANA DE COMBATE NA AGENDA ANUAL

Com o objetivo de consolidar o evento no calendário do Judiciário maranhense, o desembargador Paulo Velten assinou o Provimento 62/2020, que estabelece a realização da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro, a ser realizada na quarta semana do mês de outubro de cada ano.

Velten disse que a sua gestão vai dedicar todos os esforços para promover de forma permanente a pauta na agenda do dia no Estado do Maranhão.

Dentre os objetivos da Semana estão os de mobilizar as instituições e a sociedade para a relevância do tema; buscar apoio para ações de combate ao sub-registro; instalar unidades interligadas nos estabelecimentos hospitalares com pelo menos 300 partos por ano; realizar, em parceria com outras instituições, mutirões de atendimento de registro

tardio; e atuar no desenvolvimento de ações de combate ao sub-registro e acesso à documentação básica.

A programação ainda contou com o lançamento do Edital para premiação das melhores boas práticas dos delegatários na matéria do combate ao subregistro, que tem a finalidade de premiar e disseminar todas as boas práticas como mecanismo de fomento e reconhecimento de experiências das serventias de registro civil que contribuam com a promoção e a garantia de direitos fundamentais.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/12/13/orgaos-de-justica-assumem-compromisso-para-erradicacao-do-sub-registro-no-maranhao/>

Órgãos de Justiça assumem compromisso para erradicação do sub-registro no Maranhão

Reunião no Tribunal de Justiça, na qual os órgãos firmaram o acordo (Foto: Ribamar Pinheiro)

Representantes de diversos órgãos do Sistema de Justiça assinaram, na manhã de sexta-feira (11), o Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão. A finalidade é assegurar a ação conjunta e permanente de órgãos e entidades ligados à promoção do registro civil de nascimento.

O evento marcou o encerramento das atividades da Semana de Combate ao Sub-Registro e contou com o pronunciamento da ministra da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**, Damares Alves. Participaram da assinatura, representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Corregedoria Geral da Justiça, do **Ministério Público**, Secretaria de Estado de **Direitos Humanos**, Secretaria de Estado da Saúde, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão.

O protocolo marca o início de ações integradas e poderá ter adesão de outras instituições. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, agradeceu o empenho de todos os órgãos presentes e daqueles envolvidos nas ações da Semana. Ele destacou que a Corregedoria vai atuar para garantir que, conforme previsão legal, as maternidades com mais de 300 partos anuais tenham uma Unidade Interligada de Registro Civil. Na oportunidade, lembrou das crianças já registradas nas unidades instaladas dentro da programação da Semana.

Mais uma vez o desembargador voltou a destacar a atuação conjunta de todos os órgãos ligados ao tema para erradicar o que ele classificou como uma chaga que envergonha o Estado do Maranhão.

A ministra Damares Alves participou do evento por videoconferência e falou da satisfação em constatar a reunião de diversos atores públicos em prol de um tema fundamental para a cidadania e dignidade. Ela relatou que tem realizado ações em diversos estados e que ainda é comum, na área do registro civil, encontrar até idosos sem a documentação, o que,

segundo ela, configura uma situação de afronta aos **direitos humanos**.

"Um evento como este vem na direção das respostas que a gente está querendo dar. Como eu queria, que todos os tribunais de Justiça do Brasil estivessem sendo sacudidos por este tema, da forma como os senhores estão falando. Que todos os gestores e o Judiciário do Brasil estivessem acompanhando a forma preocupada como os senhores estão lidando com o tema", frisou.

Entusiasmada com os debates, os trabalhos da Semana e a forma como a rede de cooperação está trabalhando o tema, Damares Alves afirmou que este foi um dos eventos mais importantes que participou no ano e propôs uma atuação conjunta com o Ministério para realização de um projeto inédito no país.

"Pela forma como os senhores estão lidando com o tema, gostaria de propor uma parceria para realizar um trabalho extraordinário para transformar o Maranhão no primeiro estado com déficit zero", disse.

O desembargador Paulo Velten completou informando que o Judiciário e, certamente, todos os órgãos da rede de cooperação, recebem com muita alegria o convite. Ele destacou que a parceria virá em boa hora, em razão dos esforços que todas as instituições estão empenhadas para garantir a emissão da Certidão de Nascimento para todas as crianças e os demais documentos básicos àqueles que ainda não os possuem.

Afirmando que o **Ministério Público** tem o papel de atuar em favor dos mais necessitados, o procurador geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, disse que o sub-registro é um problema que já deveria ter sido banido do país. Ao aderir ao protocolo, ratificou que todos são iguais perante a lei e que é questão de dignidade de toda pessoa possuir um registro com o seu nome.

Para o secretário de Estado de **Direitos Humanos**, Francisco Gonçalves, o Maranhão avançou na redução do índice de subregistro, de acordo com dados divulgados pelo IBGE na última quarta-feira, 9,

mas lembrou que o percentual de 4,7% aponta que é preciso avançar mais.

Ele ressaltou que com o trabalho conjunto ora desenvolvido, trará resultados ainda mais animadores para o Maranhão e lembrou que a pandemia deixou ainda mais latente a necessidade do acesso à documentação como um direito que garante a própria sobrevivência do indivíduo.

Também presente na solenidade, o secretário de Saúde do Estado, Carlos Lula, falou que a política de instalação das Unidades Interligadas não constitui apenas um ato formal, mas uma política efetiva para permitir que as crianças já saiam da maternidade com o documento. Segundo ele, essa iniciativa demonstra a importância de cada uma delas para o Estado e reafirmou o compromisso de disponibilizar quantas forem as unidades necessárias no Maranhão.

UNIDADE INTERLIGADA

A programação de sexta-feira contou, ainda, com a instalação da Unidade Interligada de Registro Civil do Hospital Geral de Barreirinhas. Agora, crianças nascidas em toda a região dos Lençóis Maranhenses já podem contar com a emissão da Certidão de Nascimento antes da alta hospitalar. Com esta, foram três unidades instaladas durante a Semana de Combate ao SubRegistro, totalizando 27 Unidades no Maranhão, com 21 delas instaladas desde o mês de abril. Estiveram presentes na instalação o juiz da Comarca de Barreirinhas, Fernando Jorge Pereira; o **promotor de Justiça** de Barreirinhas, Francisco de Assis; o delegado da Serventia Extrajudicial de Barreirinhas, Renato Madeira Reis; e o diretor do Hospital Geral do Município, Adler Gomes Leitão.

SEMANA DE COMBATE NA AGENDA ANUAL

Com o objetivo de consolidar o evento no calendário do Judiciário maranhense, o desembargador Paulo Velten assinou o Provimento 62/2020, que estabelece a realização da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro, a ser realizada na quarta semana do mês de outubro de cada ano.

Velten disse que a sua gestão vai dedicar todos os esforços para promover de forma permanente a pauta na agenda do dia no Estado do Maranhão.

Dentre os objetivos da Semana estão os de mobilizar as instituições e a sociedade para a relevância do tema; buscar apoio para ações de combate ao sub-registro; instalar unidades interligadas nos estabelecimentos hospitalares com pelo menos 300 partos por ano; realizar, em parceria com outras instituições, mutirões de atendimento de registro

tardio; e atuar no desenvolvimento de ações de combate ao sub-registro e acesso à documentação básica.

A programação ainda contou com o lançamento do Edital para premiação das melhores boas práticas dos delegatários na matéria do combate ao subregistro, que tem a finalidade de premiar e disseminar todas as boas práticas como mecanismo de fomento e reconhecimento de experiências das serventias de registro civil que contribuam com a promoção e a garantia de direitos fundamentais.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/12/13/orgaos-de-justica-assumem-compromisso-para-erradicacao-do-sub-registro-no-maranhao/>